



PSD e Governo p.9

Descida da TSU favorece a criação de emprego



PSD e Governo p.12

“O Mediterrâneo não pode ser um cemitério”

# Povo Livre



nº 1872

22 de Abril de 2015

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## “DISCIPLINA E CREDIBILIDADE”

FÓRUM DISTRIITAL  
DOS AUTARCAS



O presidente do PSD discursa durante a sessão de encerramento do Fórum Distrital dos Autarcas do PSD do Porto, na Maia

# Coligação será levada a Conselho Nacional extraordinário

Quando houver uma decisão sobre uma eventual coligação com o CDS-PP para as legislativas, o tema será levado a um Conselho Nacional extraordinário. Pedro Passos Coelho comunicou esta informação aos conselheiros nacionais do PSD durante uma reunião de carácter ordinário do órgão máximo partidário entre congressos, que decorreu num hotel de Lisboa, tendo como pontos na agenda “informações” e “análise da situação política”. A questão essencial, aludiu o presidente do PSD, é saber se o partido irá pretender uma coligação pré-eleitoral com o CDS ou só depois das legislativas.

No discurso de abertura, o presidente do PSD remeteu a questão da escolha do candidato das presidenciais para mais tarde e reiterou a intenção de vir a diminuir os custos do trabalho para as empresas, referindo que uma futura descida da Taxa Social Única (TSU) não será feita à custa da subida do valor pago pelos trabalhadores, como alegou o PS. Pedro Passos Coelho reintroduziu este tema na agenda política na semana passada, apontando a redução dos custos do trabalho para as empresas como uma reforma por fazer e afirmando que quer concretizar nos próximos anos, com o apoio da União Europeia, com o objectivo de aumentar o investimento e o emprego. Numa conferência sobre investimento, dia 9, em Lisboa, Passos Coelho considerou que “hoje o custo do trabalho para as empresas ainda é muito elevado”, acrescentando: “Essa foi talvez a única importante reforma que não conseguimos completar neste domínio fiscal durante estes quatro anos. Mas será um objectivo seguramente para cumprir nos próximos anos”. O presidente do PSD considera, por isso, que o investimento e a criação de emprego devem continuar a constituir as prioridades do Executivo.

Outro apontamento relevante da intervenção do líder social-democrata diz respeito à governação pós-eleições do Outono. O presidente do PSD considera um cenário de governação com o PS “inviável”, porque o objectivo eleitoral do PSD é obter uma maioria nas eleições legislativas, uma maioria que assegure “estabilidade governativa”. Passos Coelho sustentou que historicamente o PS não tem estado disponível para apoiar o PSD no poder, para concluir que uma solução de Governo estável liderada pelos sociais-democratas não pode estar dependente dos socialistas. “O PS não se quer comprometer”, afirmou Passos Coelho, acusando ainda o principal partido da oposição de “estar parado no tempo”, desde que o país esteve em situação de pré-ruptura.



# A cultura é “um elemento estruturante” da sociedade

Para o Primeiro-Ministro, o trabalho do Governo na área da cultura tem sido “consistente e sistemático”, apesar de ter sido realizado “num contexto de redução de disponibilidades financeiras”. Numa conferência intitulada “O lugar da Cultura - Modelos e Desafios”, organizada pela Secretaria de Estado da Cultura, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, dia 15, Pedro Passos Coelho destacou a nova lei do cinema e audiovisual, a legislação sobre direitos de autor, a classificação e reabilitação de património e a política museológica. Passos Coelho afirmou que, “até ao fim deste mandato, e com vista a continuar a melhorar a oferta cultural, novas medidas serão ainda concretizadas, evidentemente”, mas nada adiantou sobre essas futuras medidas.

Na sua intervenção, responsável pelo Executivo referiu-se à cultura como “um elemento estruturante de qualquer sociedade”, que tem “capacidade acrescida para impactar, para gerar emprego, para desenvolver a economia, o turismo, para promover a educação e, em particular, a coesão social” e pode “criar uma diferenciação positiva de Portugal no quadro europeu”.

O Primeiro-Ministro esclareceu que “o Governo tem promovido um trabalho sistemático nas políticas públicas na área da cultura, desde logo através de várias medidas legislativas que melhoraram de forma significativa o suporte ao desenvolvimento da actividade cultural, de que são exemplo a nova lei do cinema e audiovisual e as diversas medidas na área dos direitos de autor e direitos conexos, algumas delas já em vigor”.

Segundo Passos Coelho, o Governo promoveu o “maior movimento de sempre de classificação de património cultural edificado” e são “de realçar igualmente os investimentos em reabilitação do património e programação cultural em rede”. “Entre 2011 e 2014 o país captou cerca de 80 milhões de euros de fundos europeus para a rede de equipamentos culturais e para a valorização e animação do património cultural, para um investimento global de 102 milhões de euros”, mencionou.

Quanto às “medidas de política museológica”, apontou “o alargamento do Museu do Chiado, em Lisboa”, e “a reabertura do Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra”. Sem entrar em detalhes, acrescentou que são “de sublinhar também os novos apoios à internacionalização das artes e as operações internacionais de promoção da cultura portuguesa”, bem como o “aumento da disponibilização de conteúdos culturais digitais”.

Salientou, “por último, o aumento muito significativo, sobretudo nos dois últimos anos, da frequência dos museus e monumentos do Estado”, e assinalou “que esta política foi levada a cabo num contexto de redução de disponibilidades financeiras”, que considerou indesejado, mas necessário. “Muito há ainda a fazer, aprofundando o trabalho consistente e sistemático dos organismos na área da cultura, que aproveito aqui para saudar e enaltecer”, concluiu, prometendo “novas medidas” até ao final da legislatura, que termina entre Setembro e Outubro.

De acordo com o primeiro-ministro, devem ser debatidas “propostas concretas que visem melhorar a qualidade das políticas públicas, ter um maior envolvimento das empresas e da sociedade civil e reforçar o papel da cultura na sociedade portuguesa e europeia”.

## Jorge Barreto Xavier: Cultura deve estar no centro do desenvolvimento europeu

O secretário de Estado da Cultura assinalou, nesse fórum internacional, que “é necessário colocar a cultura no centro do modelo de desenvolvimento para a Europa”. Jorge Barreto Xavier preconiza que “não é possível con-



tinuar com o modelo da economia política, esse modelo que, nos últimos três séculos, colocou no centro da vida das sociedades o sistema económico, como parâmetro de poder”.

Para o secretário de Estado da Cultura, “a economia política deve ser substituída pela política cultural, no sentido de concentração de todos os esforços pessoais e sociais na realização plena de todos os membros da comunidade”, também nas áreas política, económica, social e religiosa.

Barreto Xavier apontou ainda que 200 milhões dos 500 milhões de habitantes da Europa, não trabalham

por serem estudantes, idosos ou desempregados, e têm uma imagem negativa no modelo de sociedade actual. “Toda a actividade não laboral é vista como lazer, reduzindo a passatempo tudo o que não é actividade dita produtiva”, disse, criticando o modelo vigente em que a cultura “ou é um passatempo ou deve, necessariamente, ser um bem de mercado”. “Por isso ainda hoje, em muitas sociedades se desvaloriza o estatuto social dos trabalhadores da cultura, que, de alguma maneira, não serão verdadeiros trabalhadores, excepto se gerarem riqueza material. Nesses termos, um artista, por exemplo, seria uma espécie de mimo, de animador e a actividade artística reduzir-se-ia a um divertimento para os tempos livres”, lamentou.

Por seu turno, Enrique Barón Crespo, na sua intervenção, sustentou que “a cultura é um sector chave de todas as sociedades” e “um dos maiores activos do mundo globalizado”. “O progressivo desaparecimento do humanismo e das artes nos programas educativos é preocupante”, apontou o antigo presidente do Parlamento Europeu, defendendo que “a cultura não deve ser só construir museus e salas de concertos”.

Guilherme D’Oliveira Martins fez ainda uma intervenção sobre o tema, sublinhando que a Europa “precisa de mais cultura, com mais presença nas escolas europeias e na educação ao longo da vida”.

Na quinta-feira, o fórum, promovido pela Secretaria de Estado da Cultura, prosseguiu com o colóquio “Cultura e Desenvolvimento - Estudos Cultura 2020”, no quadro europeu de financiamento 2014/2020, e, na sexta-feira, sobre as políticas sectoriais, com a participação dos principais responsáveis de organismos públicos desta área.

No primeiro colóquio, sobre “Modelos de desenvolvimento para o século XXI”, participaram, entre outros, o antigo presidente do Parlamento Europeu, Enrique Barón Crespo, o presidente do Centro Nacional de Cultural, Guilherme D’Oliveira Martins, e o Ministro da Cultura de Cabo Verde, Mário Lúcio Matias de Sousa Mendes.



# Parlamento irá debater os programas de estabilidade e de reformas

Os programas de estabilidade e de reformas aprovados na quinta-feira, dia 16, em Conselho de Ministros, só ficarão fechados durante esta semana, após serem debatidos no Parlamento, podendo vir a sofrer adaptações. O chefe do Governo fez este anúncio no início do debate quinzenal na Assembleia da República, dedicado a questões políticas, económicas e sociais, defendendo que aqueles programas relativos aos próximos quatro anos devem ter “um nível de participação alargado”, ainda mais tendo em conta que o Governo PSD/CDS-PP termina este ano o seu mandato. “Faz sentido redobrado o cuidado em ouvir a oposição nesta matéria. Sabemos que um ciclo legislativo irá terminar, um novo ciclo se irá iniciar. Redobrados cuidados há, portanto, que colocar na auscultação e na responsabilização de todos os agentes políticos”, defendeu Passos Coelho, começando por considerar que o Governo aprovou aqueles dois programas “de uma forma politicamente alargada”, procurando “envolver na sua participação os agentes sociais, os agentes económicos e também, evidentemente, os partidos com maior responsabilidade, a começar, portanto, nos partidos com representação parlamentar”.

De acordo com Pedro Passos Coelho, “foi solicitado a todos que pudessem contribuir com as suas estratégias e as suas ideias quanto ao desenvolvimento destes objectivos europeus e nacionais para os próximos quatro anos”. Depois, afirmou que o Executivo quer “que um processo destes seja o mais alargado possível e o mais transparente possível”, porque está em causa “uma estratégia nacional”, e por isso só “fechará os documentos” após o debate parlamentar da próxima quarta-feira. Quanto ao conteúdo desses programas, Passos Coelho defendeu que



xibilidade orçamental, veria agravado o rácio de dívida pública e comprometeria inevitavelmente o equilíbrio externo”, declarou Pedro Passos Coelho, durante o debate quinzenal no parlamento.

Dirigindo-se ao líder parlamentar do PSD, Luís Montenegro, que o tinha interpelado, Passos Coelho concluiu: “Quer dizer, voltaríamos, não exactamente a 2011, porque nós progredimos muito, mas seria o princípio do regresso em grande estilo a 2011. Isto, senhor deputado, é o que lhe posso dizer, com base na melhor informação de que disponho”. Luís Montenegro tinha perguntado ao Primeiro-Ministro se o secretário-geral do PS, António Costa, iria responder aos desafios atuais com “as mesmas políticas, e com o mesmo desfecho” do anterior Primeiro-Ministro socialista, José Sócrates. Na resposta, o Primeiro-Ministro e presidente do PSD considerou que “há coisas que o PS ainda está a pensar como é que vai fazer” e que se tem “refugiado nesta desculpa - porque é uma desculpa - de que aguarda a definição do quadro macroeconómico que irá apresentar na próxima semana para dizer quais são as medidas então que vai apresentar”. “Com isso, nega uma série de medidas que já apresentou, sem cenário macroeconómico nenhum”, acrescentou o primeiro-ministro, referindo que “o PS já disse que repunha os salários, são 600 milhões”, e também que “se deve repor uma cláusula de salvaguarda no IMI”, que iria “agravar a descida da receita em mais 150 milhões”, e “remover a sobretaxa de IRS”, o que “custa 700 milhões”.

Quanta à sobretaxa de IRS, alegou: “Com certeza que, não estando de acordo com uma remoção gradual, vai remover mais rapidamente”. Também relativamente aos cortes nos salários do sector público, argumentou que se o PS critica o Governo “por fazer uma reposição gradual, é porque vai repor, deduz-se que vai repor” de uma só vez.

Além disso, prosseguiu Passos Coelho, o PS “quer voltar a pôr o IVA da restauração em 13 por cento, mais 175 milhões” e “quer também repor as 35 horas na

Administração Pública, isso o PS já disse, são mais 50 milhões”, e “quer o salário mínimo em pelo menos 552 euros por mês”, o que na Administração Pública “representa 40 milhões”.

O Primeiro-Ministro admitiu que “o PS esclarecerá tudo isto” e mostrará “que para estes 1700 milhões tem uma alternativa”, de modo a não agravar o défice nem pôr em causa o equilíbrio externo, no sentido de “um caminho seguro e robusto”. A este propósito, recordou o ex-secretário-geral do PS, António José Seguro, considerando que “cada vez se notam menos diferenças entre o anterior líder e este”. “Nós teremos um caminho certo de recuperação”, sustentou Passos Coelho, defendendo que “os portugueses sabem com o que contam” da maioria PSD/CDS-PP: “Concluiremos o nosso mandato sem estar a prometer o céu a ninguém, mas dizendo que com certeza estamos a concluir com mais liberdade um caminho de crescimento e de recuperação do emprego a que o país legitimamente aspira”.

O PSD, pela voz do líder parlamentar, recordou que a austeridade é culpa do PS e já está a acabar, alegando que os governos socialistas fizeram aumentos de impostos e cortes de pensões e salários que a actual maioria está a remover. Segundo Luís Montenegro, a maioria PSD/CDS-PP deixa ao próximo Governo “programas de recuperação, programas de crescimento”, depois de ter herdado da anterior legislatura a “emergência” do programa de resgate e dos Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) que o antecederam.

O líder parlamentar do PSD assegurou que “a austeridade já está a acabar”, desde o Orçamento do Estado para 2015, e “remonta, de facto, aos governos anteriores”. O deputado social-democrata acrescentou que, “ao contrário do que sucedeu com os PEC, em que a cada um se juntava mais austeridade, mais medidas, mais esforço”, agora há “remoção dos cortes e dos sacrifícios”, concluindo que “o sacrifício a que os portugueses foram sujeitos nos últimos anos de facto valeu a

a “marca fundamental” é uma conciliação entre “o rigor e a disciplina orçamentais” e “o crescimento”.

Em relação às medidas apresentadas pelo PS, o Primeiro-Ministro conclui que agravam o défice em 1700 milhões de euros, e que isso significaria um retorno ao desequilíbrio financeiro. “São 1700 milhões, um ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB). O que é que isto significa? Que em 2016 o país regressaria em grande estilo ao défice excessivo, não podia usar qualquer fle-

pena”. Luís Montenegro sustentou: “Nos PEC socialistas havia agravamento de impostos. Nestes programas há desagravamento da carga fiscal. Nos PEC socialistas havia cortes de pensões e congelamento das pensões mínimas, coisa que não sucede agora”. No mesmo sentido, apontou: “Nos PEC socialistas havia cortes de salários na Administração Pública, os cortes que são hoje a ser removidos nos próximos anos, o mais tardar até 2018, esses cortes foram decididos por um Governo do PS”. “Os vossos programas criaram os cortes. Este programa remove os cortes”, reforçou Luís Montenegro, apontando “a eliminação do 4.º e do 5.º escalões do abono de família como outra “decisão dos PEC do PS”.

Descida de impostos às empresas na próxima legislatura

O líder do PSD anunciou também que irá apresentar “na próxima legislatura” uma medida para baixar impostos para as empresas e que permita conciliar “a criação de emprego” com “uma maior segurança no trabalho”. “Temos um objectivo que é o de conciliar o desagravamento contributivo para as empresas de modo a tornar mais atractiva a criação de emprego com a criação de mecanismos que assegurem uma maior segurança no trabalho e portanto um combate maior à precariedade, iremos apresentar a seu tempo uma medida que combine estas duas preocupações”, declarou.

## Greve na TAP “põe em risco a empresa” no curto prazo

A greve de dez dias anunciada pelos pilotos da TAP “põe em risco a empresa” no “curto prazo”. Passos Coelho argumentou que a alternativa à privatização da companhia é a uma “TAP em miniatura”. “É perverso que uma greve que está decretada para valer 10 dias, em nome de salvar a empresa para evitar a privatização, possa pôr em risco a própria empresa. Porque põe. E põe em risco a empresa não é no futuro de médio prazo, é no curto prazo”, afirmou Pedro Passos Coelho.

No debate quinzenal no Parlamento, o chefe de Governo disse que “quem julga que impedindo a privatização da empresa está a empurrar com a barriga para resolver o assunto de outra maneira, lá mais para a frente, daqui a uns anos, está muito enganado, porque a TAP terá um problema muito sério muito rapidamente”. “E é tudo o que devo dizer em vista do objectivo que temos de concretizar em termos que seja do interesse público”, acrescentou.



Segundo Passos Coelho, “a alternativa à privatização da TAP é o despedimento colectivo, a redução da sua actividade, a venda de aviões, cancelamento de rotas”. “É ter uma TAP em miniatura, que não serve o interesse do



país. Não vejo como possa servir o interesse dos pilotos, não serve os interesses dos trabalhadores da TAP, não serve o interesse de Portugal”, argumentou.

O Primeiro-Ministro falava depois de questionado pelo líder parlamentar do CDS-PP, Nuno Magalhães, e começou por dizer que paralisação na companhia aérea nacional “não se compreende”. “O Governo estabeleceu um acordo com os sindicatos da TAP e esse acordo não está a ser respeitado. Lamentamos profundamente que isso ocorra”, declarou.

## Investigação sobre consequências de herbicida para saúde pública

Passos Coelho revelou que o Governo vai iniciar uma investigação sobre as consequências do uso na agricultura do herbicida glifosato, que a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera potencialmente cancerígeno, para a saúde pública e admitiu tomar medidas. O Governo está “muito atento sobre esta matéria” e que apesar de a OMS ter “sinalizado o risco” não “existe evidência que possa haver contaminação”. Este herbicida é o mais utilizado em Portugal. “A Comissão Europeia ainda não tomou nenhuma posição mas nós vamos iniciar uma investigação sobre esta matéria e se concluirmos que é caso disso não deixaremos de tomar medidas que

protejam a saúde pública”, afirmou Passos Coelho.

No final de Março, a Agência Internacional para a Investigação sobre o Cancro, que integra a OMS e está sediada em França, declarou o glifosato como “carcinogénico provável para o ser humano”.

Passos foi ainda questionado sobre o processo de remoção de amianto de edifícios públicos, tendo dito que “o Governo apresentou uma estratégia para esta matéria” que está a decorrer. “Há um grupo de trabalho que está a acompanhar os trabalhos de remoção do amianto, que não está a ser feita homoganeamente em todos os sectores, mas está a ser feita”, afirmou o chefe do Governo.

No debate quinzenal, estiveram também presentes os ministros da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Luís Marques Guedes, e o ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiares Maduro.



# Portugal cresce mais nos próximos quatro anos do que nos últimos quinze



Numa intervenção na conferência “Os Caminhos do Crescimento”, organizada pelo Jornal de Negócios, dia 17, Pedro Passos Coelho argumentou que “a manta é curta”, o que significa que o Governo tem de “saber o que fazer”. Em concreto, defendeu a sua opção de não acabar já em 2016 com a sobretaxa de IRS. “O que queremos fazer? Acabar já com a sobretaxa de IRS ou continuar o caminho de desagravamento fiscal? Fizemos a nossa opção. Se fizessemos diferente, colocaríamos em causa a estratégia seguida no passado”, afirmou.

O Primeiro-Ministro esclareceu a decisão anunciada de apresentar um corte de 600 milhões de euros nas pensões como hipótese de reforma. “Temos um problema na Segurança Social. Ele é indesmentível. O Tribunal de Contas, o Tribunal Constitucional e todos os que estudam as nossas contas públicas admitem que há um problema, principalmente nas pensões públicas”, explicou. “No longo prazo, o problema está resolvido, mas nos próximos 10 ou 15 anos há um problema, que é estrutural, não conjuntural.”

Embora tenha sido essa a hipótese avançada ontem pelo Governo no âmbito do Programa de Estabilidade, a solução não tem obrigatoriamente de passar por mais cortes nas pensões. “Pensamos que os 600 milhões são uma base razoável. Assumimo-lo em ano de eleições”, acrescentou. “Não partimos de nenhum pressuposto enviesado. A solução não tem de ser toda financiada por um corte nas pensões ou por impostos. Pode envolver mais as empresas do que contribuintes singulares. Está tudo em aberto.”

As precisões do Executivo passam por um crescimento de 1,6 por cento este ano, 2 por cento em 2016 e 2,4 por



cento nos três anos seguintes. “A nossa perspectiva pode parecer demasiado moderada”, todavia “nos próximos quatro anos cresceremos mais do que nos últimos 15. Se isto não é uma boa perspectiva...”

O líder do PSD deixou também um recado ao PS. “Precisamos de fazer escolhas”, voltou a frisar. As do Governo “são conhecidas”. Ficamos a aguardar as alternativas para termos um debate completo.”

O Primeiro-Ministro considera vital do país continuar a reduzir o endividamento e manter uma política orçamental credível. E estabeleceu como prioridade o investimento privado, suportado por capitais externos e alívio da tributação sobre as empresas. A redução do endividamento privado e público serão objectivos centrais para os próximos defendeu Pedro Passos Coelho, que avisou para a necessidade do país manter uma política orçamental credível e apostar numa estratégia de crescimento baseada no investimento privado, financiado com atracção de capital externo e desagravamento da carga

fiscal sobre as empresas.” Iniciámos a nosso programa de ajustamento com excesso de dívida pública e de dívida privada” e os stocks ainda se mantêm. Do lado público, Passos Coelho diz que já “já temos um saldo orçamental primário (sem juros) positivo” mas que em termos globais ainda haverá um défice: “ainda estamos a parar o porta-aviões”, afirmou, alertando: “Ainda vamos pagar o passado durante muitos anos”.

Recusando um modelo de crescimento assente no crédito e na dívida privada e pública, o primeiro-ministro avançou ainda duas outras prioridades para incentivar o investimento e a criação de empregos: atrair capital estrangeiro – “venha de onde vier é bem vindo”-, e baixar a tributação sobre as empresas. A prioridade à redução da tributação sobre as empresas é, para o Executivo, “uma prioridade muito clara”.

No que respeita ao sector público, Pedro Passos Coelho avisa que “não podemos aliviar a atenção que damos a disciplina e ao rigor orçamental”, não só porque é essencial reduzir o nível de dívida pública, mas também porque “podemos atingir a credibilidade da política económica”. E é por isso que a reforma da segurança social e o corte de 600 milhões de euros previsto no Programa de Estabilidade é essencial, defendeu. Insistiu, por isso, nas reformas que implementou no passado, nomeadamente a reforma do mercado laboral, e o programa de privatizações, este último essencial para colmatar a falta de capital na economia. Para os próximos anos, defendeu a necessidade de reformar a segurança social, aproveitar os fundos estruturais que aí vêm para acelerar a transformação estrutural da economia, os investimentos ao abrigo do programa Juncker, e uma aposta num mercado único para energia na Europa. Com Jornal de Negócios

O presidente no Fórum Distrital de Autarcas do PSD do Porto

## “Disciplina e credibilidade”



O presidente do PSD desafia o secretário-geral do PS a dizer que planos tem para a sustentabilidade do sistema de pensões e prometeu para a próxima legislatura um ciclo de prosperidade como não via “há muitos anos”. “Esperava que o PS tivesse, antes das eleições fechado connosco um acordo que reformasse segurança social e garantisse que, nos próximos 10/15 anos, todos pensionistas receberiam as suas pensões sem risco. Como não quer comprometer, o PS diz que, até as eleições não acorda nada. Não diz que depois das eleições não fará qualquer coisa... Mas era útil que dissesse se acha ou não acha que há um problema de sustentabilidade das pensões que tem de ser resolvido”, afirmou Pedro Passos Coelho, na Maia, na sessão de encerramento do Fórum Distrital de Autarcas, sábado, 18 de Abril.

Sustentando que “o sistema político deve salvaguardar o país do que já passou”, o líder do PSD defendeu a “confluência das forças políticas de maior dimensão para evitar erros do passado”, mas prometeu que, com o PSD novamente no poder, “Portugal conhecerá um crescimento e desenvolvimento como não teve em muitos anos”.

A intenção, explicou, é “dar aos portugueses a prosperidade a que têm direito” sem riscos de a voltar a por em causa. “Estivemos ao serviço dos portugueses para os retirar da crise em que os colocaram. Podemos estar agora ligados a um ciclo de crescimento e progresso, de retoma económica e desenvolvimento”, defendeu Passos Coelho.

Para o presidente do PSD, o país tem “muitas oportunidades” que precisa de aproveitar porque “não vão durar para sempre” e, simultaneamente, deve “preparar-se estruturalmente para viver sem elas”. “Não podemos fazer experiências de regresso ao passado. É porque não sabemos o que o futuro nos traz que temos de ser prudentes e prepararmo-nos para qualquer eventualidade”, alertou.

“É muito importante que os próximos quatro anos se-



jam de equilíbrio e realismo”, frisou. Para o presidente do PSD, “nem todos aprenderam devidamente estas lições”.

Passos Coelho notou que o PSD tem “uma estratégia muito clara para o caminho da recuperação económica e social”, destacando que o partido não é de “perder a cabeça” quando está “aflito” ou tem “eleições à porta”. “Não vamos pôr em causa o nosso trabalho para alargar o resultado das eleições. Não é por haver eleições que vamos entrar num caminho de falsas promessas ou ilusões que nos obriguem a desdizer daqui a uns meses”, afirmou.

O líder do PSD criticou ainda quem acha que o crescimento de 2,4 por cento apontado para o próximo ano é pouco. “O PS acha que a crise fez o país recuar 15 anos por perder 6,5 por cento do PIB. Se nos próximos anos se prevê um crescimento de 9,2 por cento, como é que isto é considerado pouco?”, questionou, frisando ter em mente “um país com capacidade de crescer sem andar para trás”.

Passos Coelho prometeu ainda “disciplina e credibilidade” e “remover as medidas restritivas gradualmente a toda a gente”.

Durante a tarde de sábado, o presidente esteve ainda num encontro com a Distrital do PSD de Braga, em Barcelos.

### Jantar comemorativo dos 40 anos do PSD em Torres Vedras

Em Torres Vedras, durante um jantar comemorativo dos 40 anos do partido, que reuniu 700 pessoas, sexta-feira, Pedro Passos Coelho começou por dizer que o PS “mudou de líder para ver se mantinha a atenção fixada nas pessoas” e os líderes “não descolam”, para concluir que António Costa, “pela maneira como ataca todos os dias” o Governo, “está mais preocupado em ver se consegue segurar o seu resultado, que acha antecipadamente que é vitorioso, do que propriamente em alargá-lo”.

O líder social-democrata considerou que, “mesmo quem não votou no PSD, sabe que a ‘festa’ não podia continuar e que era preciso ajustar”. “Não somos vencedores antecipados das eleições”, sublinhou o líder social-democrata, para quem os socialistas “desconfiam que vai ser difícil ganharem as eleições” e para quem “o PSD pode ainda ganhar as eleições”.

Nesse sentido, explicou que “não interessa devolver hoje às pessoas todos os seus direitos para os suspender daqui a dois anos”, quando se chegar à conclusão de que não se fez o que devíamos para criar as condições de geração de emprego e de riqueza. Passos Coelho lembrou que “quem primeiro aumentou os impostos, IVA e cortou salários em Portugal, antes de a ‘troika’ chegar, foi o PS, quando ainda estava no Governo”. “Fê-lo nessa altura porque sabia que o dinheiro estava a acabar”, vincou Passos Coelho.

Olhando para os últimos quatro anos de governação, o líder social-democrata disse que o PSD se manteve “firme e fez tudo o que estava ao seu alcance para salvar Portugal”.





# Descida da TSU favorece a criação de emprego



O vice-presidente do PSD defende a redução da Taxa Social Única (TSU) como forma de criar emprego e garantiu que a medida será construída em concertação social. À saída de uma reunião no Ministério das Finanças, dia 14, Marco António Costa afirmou que a possibilidade de redução da TSU durante um período de tempo “é muito diferente” da proposta lançada em 2012.

“A redução da Taxa Social Única [para as empresas] é uma medida para construir em concertação social e diálogo social, para criar condições, para criar mais emprego”, expôs o porta-voz aos jornalistas, no final de uma reunião com a ministra das Finanças.

O vice-presidente coordenador admite que essa redução da TSU possa causar uma quebra nas contribuições para a Segurança Social, mas considerou que isso seria compensado pela via da criação de emprego.

A ministra das Finanças, Maria Luís Albuquerque, acompanhada pelo secretário de Estado do Orçamento, Helder Reis, e pelo secretário de Estado-adjunto do vice-Primeiro-Ministro, Morais Leitão, recebeu ao longo da tarde de ontem representantes todos os partidos para a preparação dos documentos no âmbito do semestre europeu, nomeadamente, o Plano Nacional de Reformas, Reformas Estruturais e Reformas Orçamentais.

A delegação do PSD também levou os seus contributos à ministra Maria Luís Albuquerque, defendendo, nomeadamente, a retirada das medidas excepcionais de forma gradual.

Relativamente às estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), que antecipa que o défice orçamental estabilize nos 2, por cento até 2020, o deputado social-democrata considerou que é uma “notícia positiva” para o país.

À margem da tomada de posse do XII Governo Regional da Madeira, segunda-feira, o vice-presidente do PSD apelou ao secretário-geral do PS, António Costa, para que se pronuncie sobre a greve de dez dias dos pilotos da TAP. “Deixo um apelo que o líder da oposição se pronuncie sobre esta greve da TAP que, aliás, já teve vozes bastante autorizadas a falar sobre esta matéria, pessoas que são da área política do PS, refiro-me ao engenheiro João Cravinho”, apelou Marco António Costa.

O vice-presidente do PSD lembrou que, “curiosamente, e estranhamente o líder da oposição, até hoje, ainda não falou sobre o que se está a passar na TAP”. “O assunto da greve da TAP é muito grave, é uma greve que vai prejudicar, de uma forma



inaceitável, o futuro da empresa e o interesse de muitos outros trabalhadores na TAP e o interesse nacional, a economia nacional”, declarou. “É estranho que o líder da oposição, que tantos comícios e iniciativas faz, ainda não tenha tido a oportunidade de dizer seja o que for sobre esta matéria”, criticou.

Marco António Costa sublinhou ainda que a situação económica e financeira da TAP “é insustentável”. “A não realização de uma privatização com esta greve pode estar a ameaçar e terá consequências gravosas para o interesse da TAP”, alertou. “A TAP precisa urgentemente de um financiamento muito avultado, o Estado terá muitas dificuldades em poder vir a fazer, até pelas razões que conhecem das regras europeias que não permitem ajudas de Estado em coisas públicas nestas circunstâncias, e, portanto, aquilo que poderá vir a acontecer é os pilotos da TAP condenarem a TAP a uma situação calamitosa”, sustentou.



O vice-presidente do PSD deixou um apelo à sensibilidade dos pilotos para que tomem em consideração “a necessidade de suspenderem a greve que anunciaram”.  
Relativamente às eleições internas no PSD, que elegeram Miguel Albuquerque para presidente da Comissão Política Regional do partido e presidente do Governo Regional, Marco António Costa elogiou “a renovação política respeitando aquilo que é a sua história mas também trazendo uma nova dinâmica, uma nova perspectiva democrática eleitoral e política a esta Região Autónoma, portanto, julgo que é um processo que orgulha a todos tanto ao PSD da Madeira como o PSD nacional”.

### “Balanço positivo” da reunião de Paris

O vice-presidente coordenador do PSD concedeu uma breve entrevista ao semanário “LusoJornal”, que aqui reproduzimos:

LusoJornal: Que balanço faz desta reunião?

Marco António Costa: As pessoas oriundas de diversos países europeus têm ângulos distintos sobre as questões, mas há um ponto comum que é um sentimento de orgulho pelo facto de Portugal ter conseguido passar uma das fases mais conturbadas da sua época contemporânea e de ter conseguido, após a bancarrota de 2011, vencer a fase do programa de resgate, ter normalizado a situação económica do país e estar a normalizar também socialmente essa situação.

LusoJornal: E que questões lhe colocaram?

Marco António Costa: Colocaram-nos questões concretas que têm a ver com o problema do recenseamento, com o voto electrónico, com o problema de a RTP Internacional não transmitir a imagem do país que somos mas sim de um país que fomos há vários anos atrás, abordando temas que não servem as Comunidades. Também trouxeram uma análise positiva sobre as Permanências consulares. É de facto uma inovação que este Governo introduziu recorrendo a meios tecnológicos e este é um processo que está em avaliação contínua. Apesar de haver uma avaliação positiva, reclama-se hoje mais serviços oferecidos electronicamente através dos sites do Ministério dos Negócios Estrangeiros à nossa Comunidade. Trouxeram também questões que se prendiam com matérias muito próprias do ensino do português com pequenas matérias de natureza burocrática dos recibos pela propina paga, são informações do quotidiano da vida do cidadão que encontram obstáculos em matérias muito pequenas mas que se transformam em pequenos obstáculos com grandes perturbações para a vida dos cidadãos.

LusoJornal: E agora, qual é o próximo passo?

Marco António Costa: Muitas questões serão transmitidas aos órgãos respectivos. A reforma do sistema político em Portugal é um tema que carece também do apoio do Partido Socialista e sabemos que o PS tem tido uma grande desconfiança ao voto dos emigrantes. O PS não se sente confortável entre os emigrantes, esta é a sensação que eu tenho. Na própria campanha eleitoral há matérias que foram aqui levantadas e que por razões de reserva vou guardá-las para o programa eleitoral. Quanto à RTPi,



irei solicitar uma audiência ao Conselho Geral Independente, que é a entidade que agora supervisiona o serviço público de televisão, para de viva voz transmitir este descontentamento.

LusoJornal: Sentiu que o Partido está bem organizado na Europa?

Marco António Costa: Sim, precisamos sempre de melhorar, mas não há organização que seja perfeita nem há processo de modernização que esteja perfeito. Foi importante estar aqui também o Secretário-Geral, Matos Rosa, a acompanhar estes trabalhos.

© LusoJornal, 15 de Abril de 2015

# Miguel Albuquerque pretende reforçar entendimento com a República

O presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, afirmou que pretende “reforçar os canais de entendimento” com a República, dissipando mal-entendidos e para reforçar a credibilidade do arquipélago no continente. “Vamos manter e reforçar os canais de entendimento com o Governo da República na defesa firme e inteligente dos direitos dos madeirenses e porto-santenses”, declarou Miguel Albuquerque, após a tomada de posse do novo executivo madeirense, no salão nobre do parlamento regional repleto de convidados, segunda-feira, dia 20.

O governante insular acrescentou que este tipo de relacionamento visa “dissipar de uma vez por todas mal entendidos” com a República e “reforçar a notoriedade positiva e a credibilidade” da Madeira em todo o país. “Seremos imunes a pressões ilegítimas ou a interesses sectoriais que desvirtuem o nosso dever perante a ‘res publica’”, sublinhou o chefe do executivo madeirense, que sucede a Alberto João Jardim, que governou a Madeira durante quase quatro décadas e que marcou também presença na cerimónia de investidura do XII governo regional.

Miguel Albuquerque insistiu na total disponibilidade do novo governo regional para “estabelecer pontes de diálogo”, argumentando ser necessário ter “humildade de ouvir os outros”. “Mas ninguém duvide da nossa determinação férrea de tomar as decisões necessárias ao bem comum”, declarou.

O presidente do governo regional também salientou que não terá “receio em tentar estabelecer consensos com a oposição em matérias vitais e estruturais para o futuro da Madeira”. Reafirmou o compromisso do novo executivo de “tudo fazer para dignificar” a Assembleia Legislativa e de “cumprir integralmente” as promessas feitas ao eleitorado.

Miguel Albuquerque defendeu ainda ser necessário “simplificar a linguagem política” e deixou uma mensagem de esperança às famílias que vivem o drama do desemprego, aos jovens que precisam de emigrar, aos pais que têm problemas para cuidar dos filhos e aos idosos que enfrentam várias dificuldades. “Não basta dar respostas convencionais. Nem muito menos discursos demagógicos carregados de promessas”, disse, assegurando que o seu governo “não deixará de intervir na correcção das desigualdades e na construção diária da coesão social”, acrescentou.

O governante realçou que logo após a apresentação do programa do executivo, encetará a concretização dos compromissos assumidos com os madeirenses. Apontou ser preciso “continuar a resolver assuntos essenciais para a vida dos madeirenses”. “Para nós a autonomia política



do arquipélago é uma conquista irreversível da nossa democracia” que tem “enorme potencial”, venceu, admitindo que existiram “inevitáveis erros de percurso”, disse.

No seu discurso, Albuquerque cumprimentou Jardim, declarando ser “inegável reconhecer o seu papel histórico na implantação da autonomia e desenvolvimento da região” e destacou que “a História fará justiça ao desempenho e à obra em prol dos madeirenses”.

Miguel Albuquerque concluiu recordando uma expressão usada por Alberto João Jardim quando tomou posse em 1978 [“A Madeira será o que os madeirenses fizerem”], declarando: “Temos o poder de fazer da nossa Madeira o que quisermos, mas apenas se tivermos a coragem de construir todos os dias um novo começo”.

Os 47 deputados eleitos nas eleições regionais madeirenses reuniram-se pela primeira vez, em plenário, no arranque da XI Legislatura da Assembleia Legislativa

da Madeira (ALM), no mesmo dia em que tomou posse o XII Governo Regional. Dos 47 deputados, 24 são do PSD, sete do CDS, seis eleitos pela coligação Mudança (PS, PTP, PAN e MPT), cinco do JPP, dois do PCP/PEV, outros dois do BE, que regressou ao parlamento, e um do PND. O MPT e o PAN perderam os seus representantes. O XII Governo Regional é composto oito secretarias regionais: Assuntos Parlamentares e Europeus (Sérgio Marques), Finanças e Administração Pública (Rui Gonçalves), Inclusão e Assuntos Sociais (Rubina Leal), Economia, Turismo e Cultura (Eduardo Jesus), Educação (Jorge Carvalho), Ambiente e Recursos Naturais (Susana Prada), Saúde (Manuel Brito), Agricultura e Pescas (Humberto Vasconcelos).

Na cerimónia de tomada de posse do novo governo regional, o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, faz-se representar pelo ministro da Presidência e Assuntos Parlamentares, Luis Marques Guedes, e o PSD nacional pelo vice-presidente coordenador Marco António Costa.



Rui Machete

# “O Mediterrâneo não pode ser um cemitério”

O governo português classifica de “chocante e inaceitável” a situação dos imigrantes que tentam uma fuga para a Europa e acabam por “encontrar” a morte no Mediterrâneo e pede esforços rápidos da UE para responder a este drama. O ministro dos Negócios Estrangeiros comentava a notícia de mais um naufrágio, no passado fim-de-semana, de um barco que partiu da Líbia em direcção a Itália e onde seguiriam a bordo mais de 900 pessoas. Rui Machete afirma ser necessário perceber como é que são as condições de vida destas pessoas nos países de origem, no entanto, e a curto prazo, é necessário encontrar maneira de os acolher e evitar mais mortes. “A nós choca-nos muito que 700 pessoas morram de uma só vez ao atravessarem o Mediterrâneo. É uma coisa que é inaceitável, mas infelizmente o problema é tragicamente complexo”.

Para o responsável da diplomacia portuguesa “não se pode permitir que no Mediterrâneo seja um cemitério”. Machete reconhece que os esforços da União Europeia, “que não tem feito tudo aquilo que pode fazer” não são suficientes para responder a esta crise. Parte da resolução faz parte do ponto de partida “é preciso encontrar fórmulas para dar emprego às pessoas nos países de origem”.

O ministro dos Negócios Estrangeiros “reclama” também o envolvimento de outros países que não integram a Europa e que podem fazer toda a diferença. Diz Rui Machete que o problema da imigração ilegal “é uma responsabilidade de toda a União Europeia e não apenas dos países afectados como a Itália. E até é de algum modo um problema de todo o Ocidente, incluindo os EUA que devem dar-nos uma ajuda humanitária”.

Em comunicado, o Ministério dos Negócios Estrangeiros afirma que “a reunião de emergência da UE, que decorreu dia 20, no Luxemburgo, vai ao encontro das posições do Governo português, que já vinha alertando, em Bruxelas, sobre a necessidade dos ministros dos Negócios Estrangeiros e Administração Interna se reunirem para debater a crescente catástrofe humana no Mediterrâneo”.

## Combate ao terrorismo exige mais coordenação dos serviços de informação

Rui Machete diz ser “absolutamente necessária” uma melhor coordenação quer entre os países europeus, quer com os vizinhos do sul do Mediterrâneo. “Em termos de terrorismo é exactamente necessário [melhorar o nível de coordenação entre os serviços de informações], não só entre os países europeus como entre os países europeus e os do Magrebe, do Egipto ou da orla sul do Mediterrâneo. São coisas absolutamente necessárias para a eficácia do combate”, considerou Rui Machete à agência Lusa, no final de uma sessão de trabalho na reunião ministerial informal UE-Mediterrâneo, dia 13, em Barcelona.

No entanto, o ministro português considera - e esta foi uma posição bastante abordada nas sessões de trabalho desta manhã - que o trabalho no campo da segurança e do contra-terrorismo tem de ser acompanhado por igual esforço nos campos do desenvolvimento económico e da educação. “Mais do que isso, o que é necessário é um espírito novo na forma como se encara a cooperação, mais equânime, com maior igualdade e [dirigida] aos problemas novos que as sociedades magrebínas e o sul do mediterrâneo enfrentam em relação ao desemprego da juventude e ao desencanto da juventude, que são uma das razões do fácil recrutamento para o Daesh [acrónimo em árabe para a organização ‘jihadista’ conhecida como Estado Islâmico]”, disse Rui Machete.

“A necessidade de haver uma cooperação continua a existir, mas é completamente diferente. A cooperação tem sido feita ainda segundo o modelo dos ‘doadores e recipientes’. Hoje é necessário um modelo de parceria diferente, mais igualitário, visto que os países têm uma problemática similar [casos do terrorismo, o recrutamento ‘jihadista’ e as migrações] e os problemas que têm são muito semelhantes nas suas consequências”, salientou.

A reunião ministerial informal de Barcelona - organizada pela União Europeia (UE), por Espanha e pela presidência da UE, actualmente assumida pela Letónia - juntou a chefe da diplomacia comunitária, a Alta Representante Federica Mogherini, o comissário europeu da Vizinhança, Johannes Hahn, bem como os representantes dos Negócios Estrangeiros de todos os países-membros da UE e dos seus parceiros da Vizinhança Sul - Argélia, Palestina, Tunísia, Líbano, Marrocos, Egipto, Jordânia e Israel.



## Propostas do PS são as “mesmas facilidades que em 2011 levaram o país à bancarrota”

O PSD considera que o cenário macroeconómico apresentado pelo PS “não é credível e não é alternativa real”, e correspondem às “mesmas facilidades que em 2011 levaram o país à bancarrota”. Esta posição foi transmitida pelo vice-presidente do PSD José Matos Correia, que apelidou o plano do PS de “programa do logo se vê”, condenando em particular a intenção de “deixar cair a diminuição do IRC”.

“A folha de cálculo usada pelos economistas de António Costa parece ser a mesma que foi usada por José Sócrates em 2009 e que nos deixou à beira da bancarrota”, sublinhou José Matos Correia, em conferência de imprensa, dia 21, na sede nacional.

O vice-presidente criticou os socialistas de não pensarem nas consequências e no impacto das medidas que apresentam e de quererem “gastar o que não temos porque, no futuro, outros pagarão a conta”. “É uma espécie de PPP, fazer agora e pagar depois”. “O PS troca o certo pelo incerto, corta na receita, aumenta na despesa e tem o palpite de que as coisas se resolverão por si só”, alertou.

“Se acreditássemos que o caminho alternativo ou pseudo-alternativo que o PS agora propõe fosse factível, tê-lo-íamos proposto. O caminho do PS não é credível, não é alternativa real. E não é por acaso que vai ao arrepio de tudo aquilo que tem sido sugerido por todas as instituições internacionais”, frisou José Matos Correia. Em última análise, a consequência, segundo o dirigente do PSD, vai ser mergulhar novamente Portugal numa situação de défices excessivos.

“Não se consegue criar emprego sustentável se as empresas não forem mais competitivas”, apontou também Matos Correia, que acrescentou não compreender como é que o PS saiu do acordo da reforma do IRC, que prevê uma baixa significativa da carga fiscal para as empresas. “Se o PS percebesse a importância da criação de emprego, não apresentava estas medidas”.

O vice social-democrata lembrou ainda que o documento apresentado pelo PS rompe com tudo daquilo que alguns dirigentes socialistas chegaram a defender, nomeadamente sobre a reposição integral e imediata dos cortes salariais. A deputada Ana Catarina Mendes chegou a defender no Parlamento que o PS, se fosse Governo, iria repor os cortes salariais na íntegra de forma imediata. A posição foi refreada na altura por António Costa e agora, no documento, a proposta é de que a reposição seja feita de forma gradual (40 por cento ao ano).

# Portugal e Irão assinalam “nova fase” no relacionamento comum

A função de Portugal como “porta de entrada” para o Irão estabelecer contactos com os países lusófonos foi hoje sublinhada pelo chefe da diplomacia de Teerão, Javad Zarif, que visitou Lisboa a convite do seu homólogo português Rui Machete. “Portugal é uma porta de entrada para o Irão promover contactos com os países de língua portuguesa, uma área que privilegiamos sobretudo em África, onde desenvolvemos boas relações há muitos anos, considerou o responsável iraniano, antes de se referir a um “novo dia” nas relações entre os dois países. “Pode ser um novo dia para as nossas relações com Portugal” e com o ocidente, assinalou, numa referência ao recente acordo provisório sobre o programa nuclear iraniano que deverá ser concluído de forma global até ao final de Junho, com a perspectiva do fim das sanções internacionais aplicadas desde há longos anos ao país.

A deslocação de Javad Zarif a Lisboa retribuiu a visita do ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros Rui Machete ao Irão, há cerca de três meses. Para além do encontro com o seu homólogo, Javad Zarif reuniu-se previamente com o primeiro-ministro Pedro Passos Coelho, e anunciou uma visita para breve ao seu país do vice-primeiro-ministro Paulo Portas.

Ao iniciar a conferência de imprensa comum, Rui Machete recordou que os dois países “comemoram 500 anos desde o início do seu relacionamento diplomático” e definiu o actual estado das relações bilaterais, um dos temas do encontro, como “bom e com tendência para melhorar”.

Numa referência à sua recente deslocação oficial à república islâmica, Machete disse que Portugal pretende aproveitar o seu “potencial económico e que constitui um grande mercado para os produtos e serviços portugueses, sobretudo em sectores como a construção automóvel, energias renováveis ou construção imobiliária de infra-estruturas onde o valor das empresas portuguesas é reconhecido e onde o Irão tem apostado muito”.

O ministro português destacou ainda os “bons resultados” das negociações sobre o programa nuclear que decorreram em Lausanne e destacou os “esforços da alta representante da UE (para a Política Externa e de Segurança), Federica Mogherini, pelo secretário de Estado norte-americano, John Kerry, e restantes colegas que tornaram este acordo possível, e o trabalho do representante iraniano aqui presente”.

Numa referência ao acordo definitivo que deverá ser anunciado até finais de Junho, Machete exortou o Irão a “manter esse mesmo grau de empenho e confiança e que permita a redacção de um acordo final”.

A abordagem dos conflitos regionais, as ameaças “de grande dimensão” e que requerem “resposta concertada da comunidade internacional”, a necessidade de “contrariar veementemente e sem reservas as mensagens xenófobas e radicais de determinadas organizações, como Daesh (o movimento extremista Estado islâmico), Al-Qaida e respetivos afiliados”, foram ainda aspectos salientados pelo MENE.

“Mas para que isso aconteça é necessário que se promova cultura de diálogo e tolerância. A perseguição a que muitas minorias ou populações mais vulneráveis estão sujeitas é um crime para a própria estrutura social de muitos países da região”, sustentou. Neste aspecto, Machete encorajou o Irão a “usar da sua influência regional, que é muito importante, para promover esta cultura de tolerância e estabelecer pontes e promover o diálogo de forma a contrariar a visão de que existe um confronto entre o xiismo e o sunismo”.

“Estamos no começo de uma nova fase de enorme importância em que cabe ao Irão um papel muito importante e confiamos que está à altura desse papel” frisou.

Estes aspectos também foram sublinhados pelo ministro iraniano, que se referiu ao “muito trabalho a fazer, aos desafios comuns, porque o extremismo, terrorismo e tráfico de droga na nossa região são problemas interligados que estão a expandir-se e que são uma ameaça”.

A necessidade de “envolvimento e apoio activo” dos principais atores internacionais na resolução dos principais desafios, em particular na conturbada região do Médio oriente, mereceu ainda a atenção de Javad Zarif.

“Necessitamos de terminar com assuntos que foram fabricados, o Irão nunca pretendeu desenvolver armas nucleares, porque as consideramos não apenas imorais, mas na prática inúteis em termos de dissuasão”, assinalou.

E concluiu: “Pode ser um novo dia para as relações entre Portugal e o Irão, mas também para as relações entre o Irão e o ocidente”.



## Empresas que desrespeitam regras ambientais têm de se regularizar até 2016

O ministro do Ambiente afirmou que existem cerca de 3.000 instalações que não cumprem integralmente as regras ambientais e que terão de submeter os seus procedimentos de regularização às entidades responsáveis até 2 Janeiro 2016. Jorge Moreira da Silva, que participava na apresentação do Regime de Regularização das Actividades Económicas, em Lisboa, dia 6 de Abril, assinalou que com a publicação das portarias foram dados os passos finais para que possa ser aplicado este regime. O ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia destacou que não foi possível a muitas empresas regularizarem-se ao abrigo de regimes anteriores devido à fragmentação e à falta de ligação entre os vários instrumentos legais, mas garantiu que “esta é a última oportunidade” para o fazerem. As autoridades responsáveis terão posteriormente um prazo máximo de dois anos para avaliar se as empresas cumprem todos os requisitos legais sob pena de serem encerradas.

# Governo apresenta propostas para o programa de reformas para 2016-2019

“Somos prudentes face ao cenário macro económico, pois foi esta atitude que nos conduziu aos bons resultados que apresentamos hoje”, declarou a ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, na conferência de imprensa após o Conselho de Ministros, dia 16, onde apresentou as propostas do Governo para os programas de estabilidade e de reformas do próximo quadriénio, que substitui o programa de estabilidade e crescimento.

Recordando que “as previsões de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2015, 2016, e 2017 são de 1,6 por cento, 2 por cento e 2,4 por cento, respectivamente”, Maria Luís Albuquerque acrescentou que, “sendo estes valores calculados com base nas informações que temos hoje e nas reformas que já estão em vigor, implementar novas medidas só melhorará estes resultados”.

“As previsões de crescimento para os próximos anos ultrapassam os 9 pontos percentuais, o que é um cenário com que nos sentimos confortáveis para trabalhar, tornando-o ainda melhor”, sublinhou Maria Luís Albuquerque. “Isto significa que, em 2016, só precisaremos de ajustar 0,4 pontos percentuais, um resultado apenas possível devido à disciplina que o Governo manteve e às reformas estruturais introduzidas. Devemos estar bastante satisfeitos com o cenário favorável que se perspectiva”, considerou ainda Maria Luís Albuquerque.

E acrescentou: “Reiteramos a saída do procedimento de défice excessivo, ou seja, a partir de 2016 poderemos beneficiar das cláusulas de flexibilidade, que são de dois tipos – reformas estruturais e investimento”.

Deste modo, “o desvio do objectivo de médio prazo justifica-se se as reformas servirem para qualquer destes dois fins. Poderemos utilizá-los, por exemplo, para investimentos em infra-estruturas energéticas, adopção de medidas para reduzir os impostos sobre o trabalho, introdução de tectos máximos para os sistemas de



pensões futuros, ou para empreender mais reformas no sector público”.

“Em relação a 2016, o programa de estabilidade não difere muito do Documento de Estratégia Orçamental”, concluiu a titular pela pasta das Finanças, após elencar um conjunto de medidas propostas pelo Governo, que serão agora debatidas na Assembleia da República. São elas: reposição gradual dos salários na função pública – com reposição integral prevista para 2018, representando 150 milhões de euros anuais; redução da sobretaxa de IRS – com extinção total prevista para 2019, representando 190 milhões de euros anuais; criação de um sistema sustentável de pensões público que visa

alcançar um impacto positivo de 600 milhões de euros; continuação da reforma do IRC – aplicando o valor de 1 ponto percentual ao ano, para que em 2019 atinja os 17 por cento; encurtamento do prazo de reembolso do empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), de forma a beneficiar em pleno da poupança de juros, representando um valor que ronda os 730 milhões de euros; racionalização dos serviços públicos – representando um cerca de 400 milhões de euros; e redução das contribuições extraordinárias de solidariedade (CES) e da energia (CESE). A primeira extinguir-se-á em 2017, a segunda em 2018. Em conjunto, ambas representam 190 milhões de euros anuais.

## Parlamento Europeu dá luz verde ao Plano Juncker



O Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), conhecido por Plano Juncker, foi aprovado, dia 20, no Parlamento Europeu pelas Comissões dos Orçamentos e dos Assuntos Económicos e Monetários, com 69 votos a favor, 13 votos contra e 6 abstenções. José Manuel Fernandes, relator da comissão dos orçamentos, sublinha que ficou demonstrado que “o Parlamento Europeu quer este fundo e está determinado a assegurar todas as condições para que entre rapidamente em execução, com o objectivo de promover o emprego e o crescimento”.

Recorde-se que o Plano Juncker prevê mobilizar 315 mil milhões de euros, sendo 240 mil milhões de euros para investimento e 75 mil milhões de euros para o apoio às empresas, nomeadamente às PME. Do processo de elaboração do relatório sobre o FEIE, que contou com 3.539 propostas de emendas, destaca-se o facto de o relator José Manuel Fernandes ter visto todas as suas propostas de alteração serem aprovadas, incluindo a defesa da coesão social e territorial e a atenção às falhas e fragmentação dos mercados financeiros, o que permite “reforçar os projectos de países como Portugal”.

Do relatório do eurodeputado português, sublinham-se ainda os contributos para “reforçar a credibilidade, a garantia e a confiança do Plano”, nomeadamente ao propor que este seja “irrevogável e incondicional”. Além disso, o Plano compreende a possibilidade de “territórios em maiores dificuldades financeiras terem uma atenção especial.”

De acordo com José Manuel Fernandes, o FEIE “constitui uma oportunidade que se adiciona e complementa os fundos europeus já existentes e que Portugal vai aproveitar”.

O eurodeputado do PSD e coordenador do PPE na comissão dos Orçamentos salienta ainda o facto de ter sido conseguido o objectivo do Parlamento Europeu reduzir ao máximo o impacto do financiamento do fundo de garantia do FEIE através do recurso a dotações do “Horizonte 2020” e do “Mecanismo Interligar a Europa”.

No seu entender, “o fundo de garantia do FEIE deve ser construído anualmente, tal como já acontecia com a proposta da comissão, mas sem cortar ‘a priori’ programas importantes como o Horizonte 2020 e o Mecanismo Interligar a Europa”. Em alternativa, propõe “o recurso às margens não utilizadas do orçamento comunitário anual da UE”, devendo também ser usada a flexibilidade. Ao mesmo tempo fica garantido que “os programas que sejam utilizados para financiar o fundo de garantia sejam repostos na revisão do quadro financeiro plurianual que vai acontecer em 2017 e que seja igualmente usado o excedente orçamental e os proveitos do FEIE”.

Foi também aprovada a proposta para a criação de uma plataforma de aconselhamento financiada pelo orçamento da UE e sem custos para os beneficiários, com o objectivo de ajudar as regiões com mais dificuldades.

# Tarifa doméstica de gás natural vai baixar 7,3 por cento



O ministro da Energia considera “muito significativo” o sinal dado pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) com a proposta de descida média de 7,3 por cento das tarifas transitórias de gás natural. “De facto, 7 a 12 por cento de descida de custos no gás é muito significativo, seja para os consumidores domésticos seja para os consumidores industriais”, venceu Moreira da Silva, que falava aos jornalistas no ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, em Lisboa.

O governante falava após se saber que o regulador da energia propõe uma descida média de 7,3 por cento das tarifas transitórias de gás natural, para o período que se inicia a 1 de Julho, aplicadas aos clientes domésticos e pequenos comércio que se mantêm no mercado regulado. Neste escalão estão os consumidores finais que têm um consumo anual inferior ou igual a 10.000 metros cúbicos. Segundo as contas divulgadas pela ERSE, as novas tarifas transitórias implicam “para os orçamentos familiares característicos, uma redução de cerca de 1 ou 2 euros numa factura média mensal de cerca de 13 ou 25 euros”, conforme os agregados sejam, respectivamente, compostos por duas ou quatro pessoas. As novas tarifas vão aplicar-se aos cerca de 510 mil consumidores ainda no mercado regulado, uma vez que outros 840 mil, segundo números de Fevereiro, estão actualmente no mercado liberalizado do gás natural. Quanto aos escalões de consumo mais elevado, a ERSE propõe uma descida média da tarifa de 11,3 por cento para os consumos acima de 10.000 metros cúbicos (pequena indústria) e de 12 por cento para os consumidores de média pressão (indústria), com consumos que habitualmente ultrapassam um milhão

de metros cúbicos por ano. No caso da pequena indústria, prevê-se uma descida de 6,5 por cento a 1 de Maio, seguida de outros 5 por cento a 1 de Julho, enquanto para a média pressão a proposta implica uma redução de 9,4 por cento em Maio e 2,8 por cento em Julho.

De acordo com um comunicado divulgado pela ERSE, a descida das tarifas, tanto para estes, como para os restantes consumidores, irá fazer-se em duas fases, começando já em Maio, de forma a acomodar os valores à redução dos preços do petróleo.

As reformas desenvolvidas pelo Governo têm visado a redução destes desequilíbrios estruturais. Em primeiro lugar, evitando o efeito de novos investimentos injustificados nas infra-estruturas, que onerariam os consumidores. Em segundo lugar, assegurando uma adequada partilha de encargos e benefícios, nomeadamente com a aprovação da Lei que prevê o alargamento da Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE) aos contratos ‘take or pay’, em Fevereiro, e que permite arrecadar 150 milhões de euros, nos próximos três anos. Esta receita reverte, integralmente, como o Governo tinha anunciado, para o Sistema Nacional de Gás Natural, reduzindo as tarifas aos consumidores.

De acordo com a informação da entidade reguladora, a descida da factura do gás natural justifica-se por várias razões, nomeadamente “a diminuição do preço do petróleo no último trimestre de 2014”, a descida dos custos com os acessos às infra-estruturas reguladas (rede de distribuição do gás natural) e ainda a “afecção da contribuição extraordinária sobre o sector energético (CESE) aos custos do sistema nacional de gás natural”, para a qual estão previstos 50 milhões de euros.

A próxima actualização tarifária do gás natural terá lugar em Fevereiro de 2016 e iria reflectir o alargamento da CESE aos contratos de gás, traduzindo-se numa redução das facturas de 3 a 5 por cento, resultante da contribuição aplicada à Galp por benefícios em contratos com a Nigéria e a Argélia.

Os valores agora propostos pelo regulador, que ainda estão sujeitos ao parecer do Conselho Tarifário, resultam, entre outros, das decisões exigentes de política energética implementadas pelo Governo. Estas reformas corrigem desequilíbrios do sector, que se traduziam no preço, superior à média europeia, pago pelos consumidores portugueses de gás natural.

## Actividade dos centros de emprego aumentou em 2014

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) registou um aumento “exponencial” da sua actividade no último ano. O relatório agora publicado com a execução física e financeira revela que a actividade do IEFP abrangeu mais 160 mil pessoas que em 2013 (+22,6 por cento). Os estágios, por exemplo, abrangeram 70 mil pessoas em 2014, quase o dobro do que tinha acontecido em 2013 (36 mil). Os apoios à contratação tiveram uma evolução semelhante (24,5 mil para 56,8 mil). Os contratos emprego-inserção para desempregados e beneficiários do rendimento social de inserção, colocados num trabalho considerado socialmente necessário em troca de uma bolsa mensal de 84 euros, aumentaram 11 por cento, abrangendo, em 2014, 75 mil pessoas. As chamadas medidas de emprego (que incluem as três antes referidas) incluíram, no ano passado, mais 65 mil portugueses (+46 por cento). Nas medidas de formação profissional o crescimento foi igualmente significativo, +15%, envolvendo 535 mil pessoas (mais 69 mil que em 2013).

O presidente do IEFP admite este aumento de actividade dos centros de emprego, sobretudo pela aposta nos estágios e na qualificação profissional. Citando os estudos que têm feito, Jorge Gaspar defende que o IEFP está a mudar a vida de muitos portugueses, mesmo daqueles que ‘apenas’ passam pela formação profissional. Ao todo, 765 mil pessoas estiveram envolvidas no último ano em medidas activas de emprego e formação (em 2013 tinham sido 626 mil). Em paralelo, também aumentou 25 por cento os desempregados que o IEFP conseguiu colocar em empresas (103 mil em 2014). No cômputo, em 2014 os programas de emprego e formação profissional do IEFP abrangeram mais 134 mil pessoas. O número oficial de desempregados, do INE, caiu e contaram-se menos 129 mil pessoas sem trabalho, enquanto a população empregada cresceu, mas não tanto: mais 70 mil portugueses a trabalhar. Com TSF

# Conselho de Ministros de 16 de Abril de 2015

1. O Conselho de Ministros aprovou na generalidade o Programa de Estabilidade e o Programa Nacional de Reformas, documentos que o Governo leva a debate na Assembleia da República.

2. O Conselho de Ministros aprovou o Compromisso para o Crescimento Verde, estratégia nacional para a promoção do desenvolvimento baseado na conciliação do crescimento económico e da sustentabilidade, da competitividade do País e da sua afirmação internacional como referência do Crescimento Verde.

O Compromisso para o Crescimento Verde (CCV) estabelece as bases para um modelo de desenvolvimento que concilie o crescimento económico com um menor consumo de recursos naturais, com a qualidade de vida e com a inclusão social e territorial.

Os objectivos do CCV estão alinhados com os objectivos do novo ciclo de programação Europa 2020, visando reforçar as condições de competitividade e sustentabilidade da economia portuguesa.

3. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que regula a disponibilização e a utilização das plataformas electrónicas de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, transpondo determinações de um conjunto de directivas da União Europeia.

São fixadas as regras gerais e os requisitos a que as plataformas electrónicas de contratação pública devem obedecer, sendo ainda estabelecidas as obrigações e condições de interligação entre as mesmas, bem como com o Portal dos Contratos Públicos e com outros sistemas de entidades públicas.

Atribui-se ao Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção a função de entidade licenciadora, de monitorização e fiscalizadora das plataformas electrónicas de contratação pública, competindo ao Gabinete Nacional de Segurança as funções de entidade credenciadora das plataformas electrónicas.

4. O Conselho de Ministros aprovou as bases da concessão das actividades de serviço público de exploração e administração do equipamento Oceanário de Lisboa.

Com a aprovação das bases da concessão, pretende-se subordinar a actividade de exploração e administração do Oceanário de Lisboa a um regime de direito público que impõe à sociedade Oceanário de Lisboa, S.A., um conjunto de obrigações do serviço público.

Pretende-se, por outro lado, desenvolver um modelo moderno e eficaz de gestão e de exploração da actividade, bem como apontar um conjunto estável de regras que regulem, entre outros aspectos, o desenvolvimento dos Pilares de Actividade do Oceanário de Lisboa – Conservação dos Oceanos, Educação e Literacia Azul e Aquário Público –, o regime dos activos afectos à concessão e a interacção da concessionária com o Estado.

Para viabilizar a concessão do Oceanário de Lisboa, o Conselho de Ministros aprovou um outro diploma, este relativo à posterior venda pela Parque Expo 98 (no âmbito da liquidação e extinção desta sociedade) das acções representativas da totalidade do capital social da sociedade Oceanário de Lisboa, S.A..

Esta operação permitirá promover a abertura da exploração do equipamento Oceanário de Lisboa, enquanto equipamento público de referência, garantindo-se a manutenção da propriedade do equipamento Oceanário de Lisboa na esfera do Estado.

O modelo adoptado para a alienação das participações sociais da sociedade Oceanário de Lisboa, S.A., consiste na venda por negociação particular. Todos os elementos respeitantes ao processo de alienação do capital social da sociedade Oceanário de Lisboa, S.A., são colocados à disposição do Tribunal de Contas.

5. O Conselho de Ministros aprovou o regime jurídico da formação médica especializada com vista à obtenção do grau de especialista, estabelecendo os princípios gerais a que deve obedecer esse processo.

As inovações de carácter estruturante consistem, na alteração das condições de ingresso no internato médico, através da abertura de um único procedimento concursal e na criação de um novo modelo de prova nacional de ingresso no internato médico, mais ajustado às necessidades de demonstração do domínio de competências específicas relevantes para efeitos de ingresso em área de especialização médica.

São alteradas as regras de colocação no internato médico, que passa a utilizar classificações ponderadas, obtidas pelos candidatos nas escolas médicas e na prova nacional de seriação, relevando-se, assim, igualmente, o percurso académico do candidato.

6. O Conselho de Ministros aprovou a redução do período do estágio de ingresso na formação inicial do XXX Curso Normal de Formação para Magistrados do Ministério Público.

É, assim, acolhida a proposta do Conselho Superior do Ministério Público, reconhecendo-se o interesse público em assegurar uma mais rápida colocação de novos magistrados do Ministério Público.

7. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece os termos e as condições para o exercício da actividade de ama, bem como o regime contra-ordenacional aplicável.

Pretende-se ampliar a rede de amas e reforçar a sua formação, qualificação e acompanhamento, permitindo simultaneamente a integração das crianças em percursos plenos de desenvolvimento pessoal e garantir aos pais, ou a quem exerce as responsabilidades parentais, uma melhor compatibilização entre a vida familiar e a vida profissional.

É ainda previsto, de harmonia com o Regime Geral das Contra-ordenações e Coimas, o regime sancionatório aplicável, que respeita essencialmente à segurança e qualidade dos serviços prestados.

8. O Conselho de Ministros aprovou a criação da Estrutura de Missão para a Igualdade de Género para apoiar a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género no exercício das competências de gestão no âmbito do Portugal 2020.

Esta estrutura substitui, com redução de efectivos, o Secretariado Técnico para a Igualdade, cujas competências se extinguem com o fecho da aplicação do QREN.

9. O Conselho de Ministros aprovou a suspensão parcial dos Planos Directores Municipais de Amarante, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Mondim de Basto e Ribeira de Pena, bem como o estabelecimento de medidas preventivas para o aproveitamento hidroeléctrico do Fridão, no rio Tâmega.

Considerando que a implementação do aproveitamento hidroeléctrico do Fridão é de reconhecido interesse nacional e que para a sua concretização é indispensável o recurso a instrumentos jurídicos preventivos da ocupação, uso e transformação dos solos, mostra-se justificado e especialmente adequado proceder à suspensão parcial dos referidos planos directores municipais.

Foram ouvidas as Câmaras Municipais de Amarante, de Cabeceiras de Basto, de Celorico de Basto, de Mondim de Basto e de Ribeira de Pena.

10. O Conselho de Ministros autorizou a realização da despesa inerente à aquisição de bens e serviços relativos à sustentação logística do sistema de armas das aeronaves F-16.

O fornecimento desses bens e serviços, bem como os respectivos pagamentos, repartem-se pelos anos de 2015 a 2018, totalizando 16 milhões de euros.

11. O Conselho de Ministros aprovou a designação da presidente do conselho directivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., na sequência da renúncia apresentada pelo anterior titular do cargo.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

12. O Conselho de Ministros aprovou a nomeação dos membros do conselho de administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E., composto por um presidente e quatro vogais.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.

13. O Conselho de Ministros aprovou ainda a nomeação de um vogal executivo do conselho de administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, E.P.E., cargo que se encontrava por preencher desde o início de funções do actual conselho de administração.

Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Selecção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas nomeações.



# Mobilizar a sociedade para uma estratégia nacional sobre a natalidade



Luís Montenegro considera que o dia em que o Parlamento debateu várias iniciativas para promover a natalidade foi muito importante na história do Parlamento e na história desta legislatura. “É certo que não foi hoje que acabaram as divergências políticas que separam os vários partidos, mas é um dia onde os representantes do povo discutem, aprofundam e projectam a persecução de um desígnio nacional: remover alguns obstáculos à natalidade, à decisão das famílias portuguesas de terem filhos e contraírem o futuro do país”.

Maioria e oposição consideram a questão da quebra de nascimentos muito relevante. Luís Montenegro apelou a que se deixassem de lado as “partidarites” e se discutisse uma estratégia nacional para aumentar a natalidade. Propôs que os projectos de lei aprovados na generalidade “tenham espaço” para discussão depois na especialidade e que os projectos de resolução nem sejam votados e baixem todos às comissões para consertar depois uma proposta comum. E são ao todo 38 iniciativas legislativas. Depois apresentou os projectos da maioria, dando enfoque na proposta chamada “meia jornada”, de pais ou avós poderem trabalhar a meio tempo e receber 60 por cento do ordenado. Naturalmente que toda a oposição a criticou depois.

Para o PSD, o que esteve em causa neste debate é o formalizar de uma estratégia nacional que mobilize a sociedade, que comprometa o Parlamento, o Governo actual e os que seguirão, as instituições e toda a sociedade. “O objectivo é ambicioso, mas é determinante para o bem-estar dos portugueses, para a saúde financeira do Estado, para a preservação do Estado Social, para o crescimento da economia e para a sustentação do desemprego. Está em causa a demografia, o desenvolvimento económico e social e a organização do Estado. Quando o PSD desafiou o país e os partidos para o aprofundamento deste debate, muitos desdenharam da importância do tema e outros quiseram tirar elações precipitadas”.

“O nosso propósito é o de contribuir para o desenho de uma estratégia nacional que promova uma articulação e coordenação das políticas públicas que favoreça a protecção das crianças e da família e que remova vários obstáculos à natalidade. Muitas dessas medidas têm exequibilidade imediata. São disso exemplo a criação do Portal da Família, o alargamento da vacina pneumocócica ao Programa Nacional de Vacinação, as alterações em matéria de protecção de crianças e jovens em risco, ou o desenvolvimento do chamado ticket ensino. Outras carecem de maior ponderação e esforço financeiro, mas nem por isso as consideramos inexecutáveis. Por isso sinalizamos a necessidade de se incentivar os horários de funcionamento das redes de creches e de amas. Por isso sinalizamos que na próxima legislatura se possam repor os 4º e 5º escalões do Abono de Família”, referiu o deputado.

De entre as medidas defendidas pelos sociais-democratas, Luís Montenegro destacou duas: a defesa da universalidade da educação pré-escolar para crianças que atinjam os 4 anos (com a avaliação de no futuro se consagrar essa mesma universalidade a partir dos 3 anos de idade); e a instituição da meia jornada (possibilidade de pais e avós poderem beneficiar de um período normal de trabalho reduzido a metade, auferindo 60 por cento do vencimento e não perdendo tempo e direitos de antiguidade).

Luís Montenegro sublinhou que a inversão do nosso definhamento demográfico é um grande desafio. “Que grande desafio este de removermos os obstáculos à natalidade, mantendo um Estado eficiente, finanças públicas saudáveis e uma economia pujante e a crescer. Mas estamos a falar do nosso futuro, do futuro da nossa comunidade e do nosso país. Este dia não é um ponto de chegada, é um ponto de partida para o futuro”.

# Deputados eleitos pelo Porto visitaram extensão de Saúde de Meinedo (Lousada)

Os deputados do círculo parlamentar do PSD do Porto reuniram com o director Executivo do Agrupamento de Centros de Saúde do Tâmega III - Vale do Sousa Norte, Camilo Mota. Num encontro destinado a identificar as principais carências da extensão de saúde de Meinedo, em Lousada, Virgílio Macedo afirmou ter a garantia por parte da Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N) de não existir qualquer intenção de se proceder ao encerramento da referida extensão de saúde. Considerou ser importante tranquilizar a população, que não será privada dos serviços primários prestados naquela extensão de saúde.

O deputado avançou ainda que a ARS-N se prepara para contratar cerca de 80 médicos de família para dar resposta às necessidades do distrito do Porto. Esclareceu também que a insuficiência de profissionais de saúde no interior do distrito é uma problemática assinalada e que o Governo tem combatido esta realidade com permanentes incentivos para promover a aceitação por parte dos médicos de se localizarem no interior.

Terminada a reunião, onde participaram autarcas e dirigentes locais, o grupo parlamentar do PSD, círculo do Porto, teve oportunidade de conhecer o edifício da escola básica do 1.º ciclo de Lustosa, entretanto desactivada, que será a futura unidade de saúde local, depois de devidamente requalificado.



# “Os açorianos que passam dificuldades já não podem com o PS”

O PSD/Açores alega que o governo regional “está de braços caídos perante a mais grave crise social e económica da nossa autonomia, não sendo capaz de apresentar soluções efectivas para os problemas existentes”. “Perante isso, os açorianos que passam por dificuldades já não podem com o PS”, acusou o deputado João Bruto da Costa.

Durante o debate sobre a criação de uma “verdadeira” rede social nos Açores, que a bancada socialista rejeitou, o social-democrata referiu que “os açorianos desempregados, os açorianos que abandonam precocemente a escola, os açorianos que vivem do RSI, os açorianos que vivem na pobreza e que são a maior taxa do país, já não podem com o PS”.

Do mesmo modo, João Bruto da Costa elencou que “os açorianos reclusos, vítimas de violência doméstica, os que caíram nas dependências das drogas e no alcoolismo, os que vão com fome para a escola, os que têm insucesso escolar ou os que vão para a faina da Pesca e ganham menos de 100 euros por mês, já não podem com o PS”, insistiu. “Nos Açores, e passados 18 anos do PS no governo, há cada vez menos açorianos que podem com este governo regional. O mesmo governo que, em 2015, critica este diploma do PSD/Açores por não servir a realidade regional, não sabe dizer o que fez para melhorar essa mesma realidade regional”, afirmou o deputado.

João Bruto da Costa relevou ainda o facto de a Secretária Regional da Solidariedade Social ter feito, durante o debate de hoje, uma intervenção “de braços caídos”, revelando “uma enorme falta de soluções para os graves problemas sociais que vivem muitos açorianos. E a proposta apresentada pelo PSD/Açores não é contra o governo regional nem contra o PS, é a favor desses açorianos”, avançou.

“É paradigmático termos tido deputados do PS indignados por aparecerem açorianos nas sopas dos pobres, como vimos recentemente a respeito de uma reportagem da RTP-Açores, quando deviam, isso sim, tentar encontrar novas soluções para a grave crise social e económica que vivemos”, concluiu.



## Governo regional “não fez o trabalho de casa” na questão das quotas leiteiras



O PSD/Açores considera que o fim do regime de quotas leiteiras se tornou “um grande problema” no arquipélago porque “o governo regional não fez o seu trabalho de casa, tornando esta nova realidade num assunto alarmante e que deixou o sector mergulhado em preocupações”, disse o deputado António Ventura. O deputado social-democrata lembra uma resolução apresentada na Assembleia da República, pelo CDS-PP, “que recomendava a reabertura da discussão sobre o

regime de quotas leiteiras, assim como a sua defesa intransigente. O PSD votou a favor, o PCP votou a favor, o BE votou a favor. O PS absteve-se. O PS nacional absteve-se sobre este assunto, e isso diz tudo sobre o entendimento que têm do mesmo”, afirmou.

António Ventura referiu que “os agricultores açorianos estão entregues a si próprios e têm medo de exercer a sua profissão”, e acusou o executivo de não ter “uma política agrícola regional”, limitando-se a ser “um mero transpositor dos apoios comunitários para a Região, sem criar sustentabilidade, segurança, planeamento e previsibilidade na nossa agricultura”, adiantou, durante um debate de urgência sobre a falta de estratégia no fim das quotas leiteiras.

O deputado alertou para “a falta de conhecimento que o Governo regional tem das particularidades da nossa agricultura, que varia de ilha para ilha e que mantém diferenças enormes entre cada fileira”, defendeu, lembrando “a recusa permanente dos governos socialistas em estudar a formação dos preços da Região, conforme o PSD vem propondo há vários anos”. “Sem os indicadores reais de tudo que está ligado à produção agrícola regional, é quase impossível fazer a defesa dos Açores na Europa”, afirmou o parlamentar, para quem “o Governo Regional não cumpriu promessas de há anos, como a criação do Centro de Leite e Lactícínios, que já vem de 2004. Foi há 11 anos que esse projecto foi apresentado pelo actual presidente do governo, então secretário da agricultura”, recordou.

“Ao longo dos últimos 18 anos, perdem-se no tempo as promessas e iniciativas dos governo do PS que não passaram de inscrições num papel, sem qualquer benefício do sector agrícola regional. Um caso paradigmático é o do Observatório do leite, que já foi exigido por vários intervenientes do sector, como o presidente da Federação Agrícola”.

“Mas a actuação comum é rejeitar as propostas do PSD e deixar que a coisa ande, sem se tomarem medidas de fundo”, lamentou António Ventura.

No mesmo debate, também o deputado social-democrata Renato Cordeiro criticou a tutela, considerando que “a massa cinzenta do betão foi uma ajuda para quem produz e labora nestas ilhas” mas, “sem negarmos o trabalho que foi feito, no cenário que enfrentamos, a massa cinzenta que deve ser mais utilizada é a que ilumina as mentes de quem nos governa” que devia “apresentar o que está planeado para os desafios futuros”, referiu.

O parlamentar lembrou o Acordo do Comércio Livre entre a União Europeia e os Estados Unidos da América, querendo saber “que estratégia tem o governo regional perante este acordo, que adiciona mais uma incerteza ao sector leiteiro, que pode ter assim mais um concorrente em mercados onde a região tenta vingar”.

## Alterações fiscais propostas pelo PSD vão beneficiar a região

O PSD/Açores assegura que “graças ao trabalho que o partido e o seu líder, Duarte Freitas, desenvolveram em conjunto com o Governo da República”, será possível aos açorianos passarem a ter impostos mais baixos. Segundo o deputado António Marinho, “a região está agora a fazer o que devia ter feito há meses, desde que a Assembleia da República autorizou a existência, novamente, de uma diferença de impostos entre os Açores e o Continente. Esta é, por isso, uma descida que já vem tarde”.

No que toca às alterações fiscais hoje votadas, António Marinho frisou que “o que foi avançado para o IRS é positivo, mas as opções relativas ao IRC e ao IVA ficam aquém das expectativas e do que era possível fazer, perdendo-se uma oportunidade porque não se repõe para as empresas (IRC) as condições que tinham até 2014 nem se baixa o IVA, como vinha acontecendo desde 1985”, avançou.

Ainda segundo o deputado do PSD/Açores, “as taxas de desemprego e pobreza podiam já estar a registar valores mais animadores no arquipélago, se o governo dos Açores tivesse, há mais tempo, devolvido aos açorianos o dinheiro dos seus impostos, em vez de o reter nos cofres da região”, concluiu o social-democrata.

Número 598 • 19 de Fevereiro de 1986 • Preço 30\$00



# Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

## Cavaco Silva categórico

# GOVERNO CONTINUARÁ A TRABALHAR COMO TEM FEITO ATÉ AGORA



• **“Nada nos poderá afastar do nosso caminho. Lutas eleitorais são lutas eleitorais. Governar Portugal é governar Portugal”**

«Por nós não surgirão quaisquer conflitos institucionais» afirmou no Domingo, à noite, o primeiro-ministro, Cavaco Silva numa conferência de Imprensa, no Forum das Picoas, sublinhando o propósito do seu Governo «de continuar a colaborar lealmente com os outros órgãos de soberania».

O chefe do Governo, que disse ter tomado «boa nota» das declarações contidas durante a campanha pelo candidato vencedor quanto ao relacionamento com o Executivo, destacou o civismo que caracterizou o acto eleitoral e o respeito que se deve ter «pelos que não venceram».

Cavaco Silva saudou Mário Soares e Freitas do Amaral, os dois concorrentes desta segunda volta das presidenciais, endereçando parabéns ao primeiro e afirmando que o segundo, apoiado pelo seu partido, pelo seu comportamento «prestigiou e fortaleceu a democracia em Portugal».

convicção extraída dos resultados eleitorais, de que «hoje, quase 50 por cento dos Portugueses tem, de forma muito nítida, um forte desejo de mudança».

Cavaco Silva destacou, também, «o espírito cívico manifestado pela população portuguesa», agora que terminou «um longo ciclo de eleições em Portugal» — o que coincide com a nossa adesão ao Mercado Comum. E daquele facto extraiu o líder

*Continua na pág. 11*

Depois, na sequência, o propósito de que «não desistiremos de continuar a lutar para mudar Portugal» e a

## OS RESULTADOS DA 2.ª VOLTA DAS PRESIDENCIAIS

FREGUESIAS APURADAS 4135

FREGUESIAS POR APURAR 3 (\*)

Inscritos .....	7 588 297	
Votantes .....	5 935 294	(78,22%)
Votos brancos .....	20 487	( 0,35%)
Votos nulos .....	34 729	( 0,59%)
Votos válidos .....	5 880 078	

### RESULTADOS:

	VOTOS	PERCENTAGEM
FREITAS DO AMARAL .....	2 864 728	48,72%
MÁRIO SOARES .....	3 015 350	51,28%

(\*) Faltam apurar as freguesias de Vizela (2) e de Lever

## CAVACO SILVA CUMPRIMENTOU FREITAS DO AMARAL

Depois da conferência de Imprensa, o Prof. Cavaco Silva dirigiu-se ao Hotel Altis, a fim de cumprimentar o Prof. Freitas do Amaral. Anteriormente, Freitas do Amaral fizera uma declaração pública sobre os resultados das eleições e a forma como decorreu a campanha agradecendo toda a colaboração prestada e desejando ao candidato vencedor e aos portugueses as maiores felicidades.



# Redes de Conhecimento

Jaime Quesado (\*)

A mensagem que vem de Bruxelas é muito clara – só com uma aposta séria em novas Redes de Conhecimento será possível desenvolver uma economia inteligente, com efeitos no mercado. Portugal está esta rota e importa mostrar que há um Novo Capital de Competência Estratégica de base nacional. Numa época de crise complexa, o objectivo das novas redes de inovação e competitividade implica uma mobilização das competências nacionais para uma nova agenda. O futuro de Portugal faz-se com os Portugueses e é essa a mensagem central que importa deixar nestes tempos de crise.

A Economia Portuguesa está claramente confrontada com um desafio de Crescimento Efectivo e Sustentado no futuro. Os números dos últimos vinte anos não poderiam ser mais evidentes. A incapacidade de modernização do sector industrial e de nova abordagem, baseada na inovação e criatividade, de mercados globais, associada à manutenção do paradigma duma “economia interna” de serviços com um carácter reprodutivo limitado criou a ilusão no final da década de 90 dum “crescimento artificial” baseado num consumo conjuntural manifestamente incapaz de se projectar no futuro.

Portugal precisa efectivamente de potenciar a sua presença activa nas redes internacionais de inovação e competitividade, com todas as consequências do ponto de vista de impacto na sua matriz económica e social. A política pública tem que ser clara – há que definir prioridades do ponto de investimento estrutural nos sectores e nos territórios, sob pena de não se conseguirem resultados objectivos. Estamos no tempo dessa oportunidade. Definição clara dos “Pólos de Competitividade” em que actuar (terão que ser poucos e com impacto claro na economia); selecção, segundo critérios de racionalidade estratégica, das zonas territoriais onde se vai actuar e efectiva mobilização de “redes activas” de comercialização das competências existentes para captação de “IDE de Inovação”.

O Investimento Directo Estrangeiro desempenha neste contexto um papel de alavancagem da mudança único. Portugal precisa de forma clara de conseguir entrar com sucesso no roteiro do “IDE de Inovação” associado à captação de Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Automóvel e Aeronáutica, entre outros. Trata-se duma abordagem distinta, protagonizada por “redes activas” de actuação nos mercados globais envolvendo os principais protagonistas sectoriais (Empresas Líderes, Universidades, Centros I&D), cabendo às agências públicas um papel importante de contextualização das condições de sucesso de abordagem dos clientes.

(\*) Especialista em Estratégia, Inovação e Competitividade

## CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



### BAIÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Baião, para reunir no próximo dia 23 de Maio de 2015 (sábado) pelas 17h00, na sede sita na Rua de Camões, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único – Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, na sede, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 20h00

### ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estremoz para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 08 de Maio de 2015, (sexta-feira) pelas 20h30, na sede, com a seguinte

Ordem de Trabalho

1 - Informações

2 - Plano de Actividades para 2015

3 - Análise da situação política

### PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir no próximo dia 29 de Abril de 2015, (quarta-feira), pelas

21h30 no Auditório da União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, sito na R. do Campo Alegre, 244, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 - Informações;

2 - Apresentação dos contributos do PSD da Cidade do Porto para o Programa Eleitoral do PSD para as Legislativas 2015.

### VALONGO / NÚCLEO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Valongo, para reunir, no próximo dia 23 de Maio de 2015 (Sábado), pelas 15h00, no Museu Municipal de Valongo, sito na Rua de S. Mamede – Valongo, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política do Núcleo de Valongo;

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 - Ermesinde;

- As urnas estão abertas das 15h00 às 18h00, no Museu Municipal de Valongo



### ARCOS DE VALDEVEZ

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o plenário concelhio da JSD de Arcos de Valdevez para reunir no próximo dia 23 de Maio pelas 18 horas, na Sede do PSD de Arcos de Valdevez sita no Centro Comercial Norte Vez, sita na Rua Nunes de Azevedo - Cave, Arcos de Valdevez, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio e da Comissão Política Concelhia.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 18:00 e as 20:00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

## CONVITE

Jantar de Comemoração do 1.º de Maio de 2015



Caro(a) Companheiro(a),

No dia 30 de Abril de 2015 (quinta-feira), na Sala do Arquivo da Alfândega do Porto, às 20h00, vão os Trabalhadores Social Democratas organizar o TRADICIONAL JANTAR DE COMEMORAÇÃO DO 1.º DE MAIO.

Esta comemoração contará com a participação e intervenção do Presidente do PSD e Primeiro Ministro, Pedro Passos Coelho.

Assim tenho a elevada honra em convidar o(a) Companheiro(a), para esta comemoração de trabalhadores social democratas.

O Presidente do Secretariado Nacional dos TSD  
(Pedro Roque)

Convite N.º



para o evento, existe parque automóvel grátis na Alfândega até ao limite da sua capacidade